



A DITADURA MILITAR E A INVISIBILIDADE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Autora; Anne Katharine Galdino da Nóbrega.

Faculdades Integradas de Patos – FIP

nanenobrega87@gmail.com

RESUMO: Este estudo pretendeu analisar alguns pontos acerca da ditadura militar através de uma perspectiva de gênero, tendo em vista a ocultação do papel preponderantes das mulheres neste período, para tanto foi usada como ferramenta metodológica à revisão bibliográfica. A ditadura militar ainda é considerada como um evento histórico escondido dentro da história do nosso Brasil, o ano de 1964 ainda é um ano nebuloso e escondido a sete chaves pelo poder público do nosso país. O esquecimento na história da participação da mulher em meio a esse movimento, nos mostra o quão parcial é contada essa situação política. A invisibilidade da mulher em meio ao processo de ditadura militar ocorre até hoje, após mais de 30 anos, fato este que esta explicitamente ligada à falta de comprometimento do Estado em nos deixar informados sobre esse período da história. O instável cenário político brasileiro nas décadas de 60 a 80 ocasionaram a entrada das mulheres na luta armada contra os regimes ditatoriais sendo estas responsáveis por importantes conquistas, mesmo suas atitudes estão invisíveis até hoje. As mulheres no início da década de 70 articularam-se formando seus próprios grupos de esquerda, afastando-se do machismo impregnado nos grupos liderados por homens resistentes a essa atuação. A militância feminina surgiu durante o processo da ditadura militar, mas mesmo com sua invisibilidade gerada por governantes através de uma cultura machista e arcaica, foi considerada como um marco inicial no Brasil pela criação dos movimentos feministas a partir de uma vertente de esquerda, vindo assim a se consolidar e a se frutificar.

Palavras-chave: Feminismo, Ditadura Militar, Direitos Humanos, Invisibilidade.

INTRODUÇÃO

O país viveu sobre o comando da ditadura militar durante cerca de 20 anos (1964 – 1985). Esse evento foi marcado pela ausência de liberdade, de direitos, e de deveres, onde o Estado, o grande protetor da nação, instituição formadora de preceitos éticos e morais, foi o maior responsável pela instauração do maior golpe político no nosso

país. Estado este que foi o opressor e o mandante de torturas, desaparecimentos e ameaça a quem dele não o seguisse.

Grupos contra esse sistema político entraram em cena de forma clandestina, lutando nos bastidores para que seu país saísse do totalitarismo, da opressão e do preconceito. É importante frisar que o auge da atuação dos movimentos clandestinos ocorreu entre os anos de 1968 e 1975, ou seja,



entre o Ato Institucional número 05 e o término da Guerrilha do Araguaia. Participando de tais grupos encontramos homens e mulheres, embora estas estivessem em número bem inferior.

Tais movimentos tiveram como participantes ativas as mulheres, que por muitas vezes eram vistas como algo inofensivo a ditadura. A sua participação teve caráter fundamental para o extermínio total desse governo opressor, várias formações de guerrilha foram instauradas, com o intuito de tornar ineficaz esse regime que tanto nos privou de nossos direitos.

Foi com a ditadura militar que surgiu a ideia coletiva de mulheres lutarem sobre seus direitos e garantias sociais. O movimento feminista não teve apenas como base formadora a luta contra um governo, mas sim, a luta contra qualquer política afirmativa que lhe negassem seus direitos perante seu corpo.

Entretanto percebe que o assunto “mulheres na ditadura” continua invisível aos olhos de quem tenta entender esse movimento político-social no Brasil. Desta forma, este artigo vem a discutir esse assunto tão importante e ao mesmo tempo tão omisso perante a sociedade.

Este estudo pretendeu analisar alguns pontos acerca da ditadura militar através de uma perspectiva de gênero, tendo em vista da

ocultação do papel preponderantes das mulheres neste período.

METODOLOGIA

O presente artigo utilizou-se quanto à natureza, classifica-la como aplicada. Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que tem como objetivo observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos.

Já em relação aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois reúne a opinião de diversos autores sobre o tema, e de levantamento, pois se tem um conhecimento direto da realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O regime ditatorial em nosso país aconteceu no ano de 1964, onde militares retiraram o então atual presidente João Goulart do poder e instituíram o totalitarismo, o militarismo e o desrespeito a qualquer direito fundamental presente na época, deixando marcar profundas até hoje em nossa história. Incontáveis grupos foram protagonistas dessas lutas contra a ditadura militar no Brasil, mas pouco se sabe sobre a participação das mulheres na erradicação deste crime contra a sociedade (FRANTZ, 2010).



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Mulheres, que nasceram a partir da década de 90, presenciaram um Brasil quase que sem resquícios de uma ditadura militar. Soubemos de algo em nossos estudos de História no ensino fundamental e médio, e alguns relatos frágeis e sem aprofundamento de nossos pais. A ditadura em si, é invisível entre os olhos de quem realmente vivenciou essa época de alguma forma, uma invisibilidade não só perante as mulheres, mas principalmente a elas.

Tornar invisível a luta da mulher em meio ao processo de ditadura no Brasil, nos mostra mais uma vez, o que a cultura e a sociedade pensam sobre o feminismo. Temos que entender e externar ao próximo que muitas dessas mulheres foram torturadas de todas as formas inimagináveis e até a morte, mas pouco se sabe sobre tais acontecimentos e sobre suas histórias, já que, estamos cercados por um Brasil predominantemente machista e de um governo que nos priva de termos contato com documentos, que nos provem a existência dessa classe (MAIA, 2012).

De acordo com Scott (1992):

[...] o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e

ganhando controle sobre seus corpos e sobre suas vidas.

A instauração de uma ditadura militar refletiu diretamente no desejo da mulher em lutar por algo que ainda não existia no Brasil, o seu empoderamento, a sua visibilidade como ser humano, como um ser pensante e ativo dentro de uma sociedade machista e arcaica, nos fazendo entender, que qualquer luta seria viável para alcançar a tão esperada liberdade de pensamentos, cultura e ideias (SCOTT, 1992).

A participação desses grupos na luta contra a ditadura se deu através de homens e mulheres, segundo Ridenti (1990):

“Apenas cerca de 12% das pessoas que militavam naquela situação eram compostas por mulheres, porém o número aumentava consideravelmente para 18% quando se retratava de luta armada. Foi justamente na década de 60 que houve o surgimento do chamado “Feminismo de Segunda Onda”, que retratava as necessidades das mulheres para além dos direitos políticos, levando-as a almejem seus direitos sexuais, reprodutivos, tudo o que remetesse ao seu corpo e o direito de fazer com ele o que lhe convir.”

O autor Scott (1992), retrata de forma esclarecedora o que era a mulher no tempo da



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ditadura militar, nos fazendo entender que tal percepção advém de um país patriarcal, regado de pensamentos e atitudes machistas, definindo uma mulher apenas como desenvolvedora de papéis sociais, onde a mesma foi criada apenas para a maternidade, para cuidar do lar e do interesse de seu marido, ficando totalmente nula no que se referisse aos seus interesses como parte integrante da sociedade.

Até a década de 1960 as mulheres praticamente não haviam ocupado o espaço público de modo efetivo. Para Wolff (2010, p.149) tal aumento na participação foi resultado da maior inserção no âmbito universitário, onde o contato com a política era inevitável:

É dessa forma que se pode explicar a presença das mulheres nestas ‘trincheiras’, pois ao contrário de outras gerações de estudantes universitários, naquela geração do final dos anos 1960, a proporção de mulheres universitárias era muito maior do que nas décadas anteriores.

A existência dessa invisibilidade não é de um todo ruim, após serem vistas como frágeis e inadequadas para qualquer serviço de cunho masculino, muito se aproveitaram disso para passarem despercebidas em meios

aos conflitos, tendo assim, vitórias em meio a guerra, afirma Freire (2010):

Segundo relato de Heleieth Saffioti no documentário Um X na questão, o Estado brasileiro e seus pares de repressão viam as mulheres como tolas, bobas, incapazes de se incorporar à luta política naquele momento. Esse preconceito acabou por fazer com que elas pudessem transitar mais facilmente na cena política, atuando na transmissão de informações e absorvendo tarefas que os homens tinham mais dificuldade de realizar.

O autor ainda retrata, que essa invisibilidade da mulher perante o fim da ditadura militar não se deu por conta de sua “condição biológica”, mas sim, pela a cultura imposta no país naquela época, onde a entrada da mulher na luta armada trouxe a tona questionamentos sobre fazer trabalhos masculinos, o sexo frágil criado pela própria sociedade e firmado por uma parcela dessas mulheres, deixando assim, essa população machista com medo de perder essa fragilidade encontrada nas mesmas.

Mesmo com o passar de três décadas após essa barbárie cometida as mulheres, a lembrança da violência permanece e por muitas vezes silenciadas. Como punição pela saída das mulheres de seus postos impostos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

pelo machismo arcaico, a ditadura as presenteou com as mais duras e severas penas já impostas neste país, já que, para os ditadores essa entrada da mulheres na luta armada era um desrespeito duplo ao país, tanto no cenário pessoal, como no cenário de guerra (MEIHY,1996).

A ditadura militar foi regada a sangue e tortura de inocentes, pessoas que queria apenas o Brasil para o povo brasileiro. Onde muitas mulheres perderam familiares, amigos e amores, tudo por conta de um governo opressor e machista.

As Organizações das Nações Unidas – ONU, e a Lei 9.455/97 tratou sobre o que seria tortura e outros tratamentos, como a utilização de penas cruéis, desumanas e degradantes a dignidade da pessoa humana. Para as Organizações das Nações Unidas – ONU:

Para os fins desta Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, com o fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie,

quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequências, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas (ONU, 1984).

Segundo Freire (2010), na época mais ativa desse governo, a tortura era reproduzida como forma de obter informações de combate, a fim de exterminar de vez a “esquerda” do nosso país, vista também como forma de punição por não levantarem a bandeira da ditadura. Toda tipo de tortura tem a sua dor explicita dentro dela, mas na ditadura militar, a tortura contra a mulher era caracterizada de uma forma mais brusca e com requintes de crueldade, onde na maioria das vezes usava-se meios de torturas ligadas a violência sexual e psicológicas, se aproveitando de maridos, filhos e pais para conseguirem a confissão delas. As torturas iam de abortos não permitidos, estupros, choques na vagina e mamilos cortados.

Após torturas, mortes e perdas a essas mulheres, a ditadura militar chegava ao seu declínio, onde levou a criação da anistia política aos que lutaram contra essa opressão política, havendo o pedido de restituições de



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

cargos e asilo político aos países que se dispusessem a ajudar. Foi nesse termino de ditadura que surgiu o primeiro movimento de perdão político aos militantes, movimento este que teve como principal fundador as mulheres (TELES, 2010).

A luta pela anistia total foi formulada por percalços e greves de fome, no ano de 1979. Uma vez aprovada, a Lei 6683/79 concedia Anistia bilateral, ampla e irrestrita como versa seu primeiro artigo:

Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

Infelizmente a Lei 6683/79 pode ser considerada com uma “autoanistia”, onde a mesma foi editada e publicada pelos próprios

militares, promovendo covardemente a sua própria defesa em face dos acontecimentos em mais de 10 anos de torturas, humilhações e constrangimentos a homens e mulheres. Tal atitude veio como meio de equiparar crimes comuns a crimes políticos, fazendo assim, que se retirassem toda e qualquer responsabilidade de crime por parte dos torturadores de centenas de mulheres, terminando em uma invisibilidade em massa desse sofrimento vivido por muitas e por muitos anos, que covardemente marcaram a histórias de vários cidadãos e cidadãs brasileiros até os dias atuais.

CONCLUSÕES

A partir de toda essa abordagem anteriormente exposta, podemos compreender de forma clara e pertinente, como foi à luta dessas mulheres militantes em um tempo de ditadura militar. Vimos a importância de se abster a esse conflito e continuar como a mulher do lar, mãe e esposa de acordo com os parâmetros sociais imposto na década de 60.

E ficou claramente exposto o repúdio de toda a sociedade a essa camada pequena de mulheres, que lutou e morreu por seus ideais. Tornando o Brasil um país livre de amarras políticas, de preconceitos, injustiças e paradigmas arcaicos. Segundo, ao estar em combate, muito pouco se discutiu acerca das



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

especificidades das suas demandas, devido à luta contra o terrorismo de Estado, bem como sobre o foco principal concentrar-se na transformação do capitalismo.

O que mais se tende a prestar atenção neste movimento político das mulheres contra a ditadura, é que foi claramente um movimento em que se colocou a luta de classes e gêneros acima das lutas de transformação social e de mudanças para o bem comum.

O fato é que mesmo com as ditaduras e com a filosofia da esquerda daquela época, colocando a luta de classes a frente e acima de qualquer outra luta ou transformação social, a revolução das mulheres já estava se fazendo, pela própria incorporação destas aos movimentos e organizações que lutavam contra as ditaduras.

Ou seja, apesar de todos os problemas enfrentados, a luta empreendida foi de fundamental importância para que, após o seu término e com a reflexão que se seguiu, o movimento feminista nacional, a partir de uma vertente de esquerda, se consolidasse e viesse a frutificar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao XII Congresso Nacional de Gênero e Sexualidade pela grande oportunidade de produzir sobre assuntos tão

enriquecedores e atuais, nos dando a chance de interagirmos como novas ideias, pensamentos e mundo diferentes.

Sou grata também ao meu pai que é um historiador por opção, e me apresentou os movimentos sociais durante a ditadura militar, me deixando sempre informada de forma imparcial a esses acontecimentos.

REFERÊNCIAS

FRANTZ, Daniela (Org). Et al. **30 anos de luta pela anistia no Brasil: greve de fome de 1979**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2010.

FREIRE, Nilcéa. Introdução. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs): **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**.- São Paulo: Caros Amigos, 2010.

Lei da Anistia nº 6683/79, art. 1º.

Lei Contra a Tortura nº 9.455/97.

MAIA, Luciano Mariz. **Tortura, Tratamento Desumano ou Cruel, Tratamento Degradante**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/torturtrat.html>> Acesso em: 02 out. 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

Organização das Nações Unidas – ONU, 1984.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social; Rev, Sociol*, USP, S. Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In:
BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas
perspectivas**. São Paulo: Editora da
Universidade Estadual Paulista, 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da
esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO,
Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe.
**Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone
Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O
que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo
2010.

